

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA

40 anos de mudança em Portugal e na Europa

Isabel Menezes*, Virgílio B. Pereira** & Reinhold Hedtke***

Há 40 anos, Portugal viveu um período de revolução participativa gerada pelo 25 de Abril, que fez dos anos subsequentes um período de vibrante envolvimento cívico e político, transversal às várias gerações e contextos. Foi um tempo de grandes manifestações e assembleias, que iam das praças às comissões de moradores. Mas, em linha com outros países europeus, os níveis de desinteresse político e de desconfiança face aos políticos e aos partidos políticos têm vindo a aumentar desde os anos 1970, com a concomitante diminuição de formas de participação convencional. No entanto, apesar dos discursos sobre a «morte da política», os últimos anos têm revelado um aumento de «novas» formas de participação, com a emergência de movimentos sociais, o interesse pelo voluntariado, o incremento da participação *online* e, especialmente nos últimos anos, o reaparecimento de grandes manifestações, sob vários aspetos, tão transversais quanto as do pós-25 de Abril, mas, desta vez, à margem dos partidos políticos e lideradas por movimentos como o Movimento Doze de Março (M12M) ou os Indignados. Para citar um autor clássico, estamos novamente perante «uma crise aguda da participação porque três questões estão a ser levantadas ao mesmo tempo: novas *pessoas* querem participar, em relação a novos *assuntos* e de *formas novas*» (Verba, 1967: 54).

Este dossier temático acolhe artigos que remetem para essa diversidade de formas de participação cívica e política protagonizadas por jovens e adultos, com uma especial atenção a contextos de educação (formal, não-formal e informal).

O artigo de Andreia Caetano, Sara Pinheiro, Rita Ramos de Sousa, Alexandra Doroftei, Eunice Macedo e Pedro Daniel Ferreira dá exatamente conta do impacto de projetos de intervenção-

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Porto, Portugal).

** Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal).

*** Universidade de Bielefeld (Bielefeld, Alemanha).

-investigação em escolas secundárias que visam a promoção da cidadania europeia. Com base numa metodologia mista, o artigo constata que os participantes apreciaram especialmente «as dimensões mais interativas, criativas, colaborativas e ativas da metodologia da ação educativa utilizada». A análise do impacto permite, ainda, registar mudanças nas atitudes face à Europa e à cidadania europeia, com ganhos no interesse sobre questões relacionadas com estas realidades, mas também na identificação e na «valorização das dimensões cívicas e políticas da cidadania europeia». Sendo, nas últimas décadas, a educação para a cidadania, nas suas diversas designações, uma área de especial ambivalência das políticas educativas, não só em Portugal, mas também na Europa, o contributo deste artigo é especialmente relevante para pensar o papel de projetos de promoção da cidadania dos jovens em contexto escolar.

A diversidade de experiências interventivas é também explorada no artigo de Inês Barbosa, «O fascismo ainda mora cá dentro? ...», que aborda uma experiência de «construção de uma peça teatro-jornal» junto de um grupo de jovens ativistas de Braga. A descrição do processo mostra como esta experiência permite confrontar criticamente as memórias do passado histórico, usando esse confronto como analisador epistémico do presente, no contexto das políticas de austeridade e do discurso que, reiteradamente, proclama: «não há alternativas». Como afirma a autora, «O combate faz-se assim em dois planos: a batalha pela memória, reivindicando-se hegemonia no processo de reconstrução do passado (Loff, 2014: 10), e a batalha pelas representações da crise e da austeridade, numa disputa pela sua definição e interpretação (Santos, 2011; Soeiro, Cardina, & Serra, 2011)». O potencial desta experiência enquanto capacitadora da agência e do compromisso cívicos e políticos vem, neste caso também, demonstrar a relevância da investigação sobre a intervenção educativa nesta área.

Em «Os cidadãos continuam a ter direito à democracia», Carla Malafaia, Tiago Neves e Isabel Menezes exploram os discursos de jovens, que frequentam o ensino básico e secundário e o ensino superior, sobre as manifestações anti-austeridade de 2012 em Portugal. A partir dos comentários a fotografias de manifestações, os autores concluem que os jovens são atores políticos atentos ao seu quotidiano, com «conhecimento sobre o contexto sociopolítico e, cumulativamente, (...) [com] representações individuais [que] se relacionam com as macro-narrativas políticas que compõem este contexto. Neste sentido, a cognição política cumpre o papel de interface entre as dimensões individuais e coletivas da política (Van Dijk, 2002)». Esta investigação vem, assim, desafiar uma conceção de passividade e desinteresse político dos jovens portugueses e tornar visível o seu compromisso e agência cívicos e políticos.

O artigo de Carolina Jardim e Sofia Marques da Silva explora, igualmente, essa agência cívica e política, agora a partir de uma experiência no serviço voluntário europeu de 11 jovens de várias nacionalidades. Este estudo de carácter etnográfico sobre jovens que se envolvem numa iniciativa de comércio justo revela como a participação pode ser geradora de conhecimentos,

disposições para agir e competências relevantes, seja de natureza intercultural seja de natureza aplicada, com um potencial significativo. No entanto, os dados permitem também revelar como as competências linguísticas são instrumentais para o impacto destas experiências, que é substancialmente diverso para este grupo de jovens. Esta é uma mensagem especialmente reveladora, pois sublinha que as condições da própria experiência são centrais para o seu potencial impacto, desafiando visões simplistas de que, também aqui, um «currículo» *one size fits all* ou de que a participação cívica e política é sempre *boa!*

Os dois últimos artigos deste dossier, «Illes per un pacte»: Cuando la sociedad civil se levanta y habla» de Marta Cornas Sàbat e a análise do caso do orçamento participativo de Palmela por Nuno Fraga e António Teodoro, descrevem e analisam experiências de participação cidadã em Espanha e em Portugal. Num caso e no outro, a participação parte de um envolvimento com a «coisa pública» a nível da comunidade e revela o potencial transformador destas experiências – em ambos os artigos não se trata tanto de analisar a transformação de si que foi considerada por alguns dos trabalhos precedentes, mas de perspetivar criticamente a mudança social que resulta da participação cidadã. Embora revelando formas substancialmente diversas de relação com os poderes institucionais, nas Ilhas Baleares agindo apesar (ou em vez) das instituições tradicionais, em Portela atuando a partir de dispositivos criados pelas autarquias, os dois artigos anunciam o potencial que o «particular» – neste caso, o envolvimento com problemas locais sentidos como relevantes – tem como gerador de uma experiência política que não colide, antes pode estimular, uma capacitação cidadã mais vasta. Sugerem, finalmente, o potencial de formas mais deliberativas e participativas de democracia, em que o poder é, efetivamente, partilhado ou assumido pelas cidadãs e pelos cidadãos.

A discussão que estes artigos podem suscitar remete, ainda, para os riscos de intervenções educativas «para» – a participação, a cidadania, a Europa, ... – em que se visa, de uma forma potencialmente paradoxal, *orientar* jovens para a sua *autonomia* política. Esta discussão implica reconhecer a emergência de fundamentar, de forma teoricamente sustentada, os objetivos e os métodos de intervenções no campo da educação para a cidadania. Adicionalmente, é importante reconhecer que as temáticas consideradas nestes projetos de intervenção – a Europa, a cidadania, o voluntariado, a crise – são, elas próprias, politicamente contestadas e, por essa razão, devem ser objeto de questionamento e reflexão crítica. Do mesmo modo, abordagens de intervenção cívica comunitárias que assentam numa lógica de definição do bem comum, como é o caso dos dois artigos finais do dossier, não podem deixar de considerar em que medida é possível (ou desejável) encontrar soluções consensuais que arrisquem uma visão a-política dos inevitáveis conflitos sociais. Parece-nos especialmente afortunado podermos incluir, neste dossier temático, artigos que permitem afrontar estas questões e abrir um espaço de discussão amplo sobre estas matérias.

Espera-se, assim, que a leitura dos artigos reunidos no dossier temático deste número da revista *Educação, Sociedade & Culturas* possa ser um contributo heurístico para o estudo cuidadoso das dinâmicas e processos de participação cívica e política. Ao assinalarem a relevância que a educação possui na génese da ação participativa, espera-se, igualmente, que os vínculos documentados possam continuar a suscitar a curiosidade científica e a necessidade de aprofundamento do pensamento crítico desenvolvido a seu propósito.

Referências bibliográficas

Verba, Sidney (1967). Democratic participation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 373, 53-78.